

Educação de surdos no Rio Grande do Sul: análise de série histórica de dados

Deaf education in the Rio Grande do Sul: historical data series analysis

***Alexandre Dido Balbinot **Gerta Cristina Deszuta *** Arieli Haubert
**** Silvana Souza Santos**

Informações do artigo

Recebido em: 20/01/2020

Aprovado em: 07/10/2022

Palavras-chave:

Surdez. Educação especial. Inclusão. Necessidades educacionais especiais.

Keywords:

Deafness. Special education. Inclusion. Special education needs.

Autores:

*Mestre em Saúde Coletiva (UNISINOS), Especialista em Saúde Coletiva com ênfase em Saúde Mental Coletiva (RIS/ESP/HPSP), Especialista em Avaliação e Prescrição de Treinamento Físico Personalizado com ênfase em Rendimento e Saúde Coletiva (ESEF/UFRGS), Graduado em Educação Física (UNISINOS), Professor Especialista do Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado (CMAEEL) de Cachoeirinha/RS.

** Graduada em Pedagogia (FAPA). Especialista em Educação Especial Inclusiva (CESUCA).

*** Graduada em Psicologia (CESUCA). Pós-graduada em Intervenções Precoces no Autismo (CBI of Miami). Educadora Social do Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado de Cachoeirinha/RS.

**** Graduada em Educação Física (UFRGS). Pós-graduada em Pedagogias do Corpo e Saúde - UFRGS.

Como citar este artigo:

BALBINOT, Alexandre Dido *et al.* Educação de surdos no Rio Grande do Sul: análise de série histórica de dados. **Competência**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, nov. 2022.

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar a Educação de Surdos, provenientes de matrículas da educação especial, tanto nas classes comuns do ensino regular como nas classes exclusivamente especializadas. Estudo do tipo ecológico, composto por série histórica de dados provenientes de matrículas da educação especial. Utiliza para a análise os dados da totalidade das matrículas realizadas em estabelecimentos de ensino localizados no território do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil, no período de 2010 a 2018, tanto da esfera pública quanto da privada. Para tal, entrelaça os dados estatísticos a revisão bibliográfica, contextualizando a educação de surdos numa retrospectiva histórica, sob o viés político, social, educacional e temporal. As análises inferenciais foram compostas pelos testes de Correlação de Spearman e Regressão de Poisson robusta. O Intervalo de Confiança empregado foi de 95%, e o Nível de Significância adotado de $p < 0,05$. O contingente de matrículas abarcado pela Surdez dentro do total da educação especial ao se fragmentar por diagnóstico, foi de 2%. A Surdez representou 5% (9.202) das matrículas na modalidade de classes exclusivamente especializadas, enquanto que para as classes comuns do ensino regular representaram 1% (5.754). Houve retração em 5% das matrículas de surdos na educação especial, 6% para a modalidade de classes exclusivamente especializadas, e 4% para classes comuns do ensino regular. Os dados desta pesquisa apontam uma trajetória inclusiva na década analisada para o território do Estado do Rio Grande do Sul, em conformidade com a análise textual e bibliográfica que aponta para a luta da comunidade surda na busca da manutenção da identidade e do direito a estar com seus iguais, de forma mais interativa, produtiva e social.

Abstract

This article has as its themes the education of the deaf, coming from the enrollment of special education, both in the regular classes of regular education and in exclusively specialized classes. The ecological study, composed of data series from special education enrollments. It is used in analysis of data on enrollment in educational bases in any country of the year. For such, the statistical data have a bibliographic revision, contextualizing an education of historical retrospective, under the political, social, educational and temporal bias. In vitro grafts were composed by Spearman correlation and robust Poisson regression tests. The confidence interval was 95%, and the significance level adopted was $p < 0,05$. The contingente of matrices spanned by each general of the main way: for 2% to deafness. Deafness accounted for 5% (9.202) of enrollments in one class of classes while the regular classes represented 1% (5.754). Withdrawal by 5% of deaf special education enrollments, 6% for one-off classes and 4% for regular mainstream classes. The data from this research were submitted to a series of publications on analysis for the South country, and a textual and bibliographical analysis also for a community of people for the right and the right to be with their peers, in a more interactive, productive way, and socially.

1 INTRODUÇÃO

A cultura surda ainda é pouco conhecida pela sociedade em geral, contudo a história da educação destes sujeitos tem sua identidade construída por lutas e conquistas dos surdos, seus familiares e sociedade. Como todo processo referente a deficiência, ou qualquer outra característica que define a pessoa e a coloca na condição de diferente, necessita no âmbito educacional de flexibilidades pedagógicas, relacionais, ambientais, físicas e comunicativas.

O processo de inclusão dos surdos nos grupos sociais, na família, no lazer, na educação, no trabalho, enfim todos movimentos que a saída destes sujeitos do cenário de exclusão em prol de uma condição cidadã, passou por concepções, sistematizações e práticas que acompanharam a evolução e conscientização da própria humanidade. Desta maneira, a vida social da pessoa Surda se estruturou numa trajetória sustentada e decorrente da concepção de homem e cidadania, dialeticamente construída ao longo do tempo.

Nesta lógica, no período compreendido pela Idade Média, para os povos da época, os surdos eram vistos como seres incapazes, inclusive com sacrifício das crianças que nasciam surdas, por serem consideradas inúteis à coletividade ou incapazes de se desenvolverem autonomamente. Para a igreja, por não terem uma língua oral, não podiam falar os sacramentos, sendo assim privados de seus direitos, ao ponto de serem considerados seres sem alma.

A partir do século XVI a Espanha se torna pioneira na educação de surdos, criando a primeira escola para Surdos pelo monge Pedro Ponce de León. Ainda nesta análise temporal, cabe ressaltar que a França se destaca, colaborando de forma significativa para a história, pois no século XVIII Charles M. L'Épée (1712- 1789) fundou a primeira escola para surdos, o Instituto Nacional para Surdos Mudos de Paris, comprovando a tese de que os surdos tinham uma maneira de se comunicar, através de sinais, e que estes poderiam ser usados para ensinar/educar o surdo.

Demarcando este momento citamos Sacks (1990, p. 29), que afirma:

“E então, associando sinais a figuras e palavras escritas, o abade ensinou-os a ler; e com isso, de um golpe, deu-lhes o acesso aos conhecimentos e à cultura do mundo. O sistema de sinais “metódicos” de De l'Épée — uma combinação da língua de sinais nativa com a gramática francesa traduzida em sinais — permitia aos alunos surdos escrever o que lhes era dito por meio de um intérprete que se comunicava por sinais, um método tão bem-sucedido que, pela primeira vez, permitiu que alunos surdos comuns lessem e escrevessem em francês e, assim, adquirissem educação. A escola de De l'Épée, fundada em 1755, foi a primeira a

obter auxílio público.

Numa visão contrária, em 1750, na Alemanha, nascia a filosofia educacional oralista. Samuel Heinick, defendendo esta teoria, acreditava no ensino da língua oral, ou seja, na oralização do sujeito Surdo. Em seu pensamento, rejeitava o uso de gestos, com o objetivo de integrá-los à sociedade por meio do treinamento da fala (DE ALCANTARA BARROS; ALVES, 2019).

Destacadas as principais ideias sobre a educação de surdos no mundo, numa breve retrospectiva, nos situamos então no Brasil, ressaltando que o trabalho com surdos em nosso país teve início em 1857, com a criação do atual Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES) sobre a supervisão do professor surdo Francês Ernest Huet a convite de Dom Pedro II, o qual desenvolveu uma metodologia baseada na datilologia e na língua de sinais francesa.

Vinte e três anos depois, a educação das pessoas surdas por meio da língua de sinais foi proibida, pois no Congresso de Milão em 1880, ficou decidido que o método oral puro seria a estratégia de ensino adotada, desconsiderando a simultaneidade do uso de fala e gesto. No ano seguinte, no Congresso de Bordeaux, foi seguido a mesma defesa, e, em Gênova (1892), tal tese acrescentou a universalidade do método oral, passando então a ser usado como sistema único de instrução em todos os institutos, tendo como princípio base o desenvolvimento natural da linguagem. Segundo Goldfeld (2001, p.4)

“O Oralismo percebe a surdez como uma deficiência a ser minimizada pela estimulação auditiva, reabilitado a criança surda em direção a normalidade [...] utiliza como embasamento teórico linguístico o Gerativismo de Noam Chomsky [...].

Neste sentido, para tal fundamentação na relação de estudo entre mente e linguagem, cabe ressaltar que:

“A Gramática Gerativa é um aparato biológico/mental de caráter universal, concebido como um sistema de princípios, condições e regras que são elementos ou propriedades de todas as línguas humanas, não por mero acaso, mas por necessidade [...] biológica, não lógica (CHOMSKY, 1975, p. 28 apud FREITAS, 2015).

Deste modo, na década de 60, começa o fracasso do oralismo, surgindo em contraponto a proposta educacional da Comunicação Total, que defende o uso de todos

os recursos materiais e visuais, valorizando e potencializando a comunicação e não a língua. Teóricos de diferentes partes do mundo e de distintas especializações de ordem educacional e clínica, aprofundam estudos chegando ao Bilinguismo, como método de comunicação e inclusão escolar e social, que se fundamenta no ensino de duas línguas para o sujeito surdo, sendo a língua de sinais como 1ª língua (língua materna), e 2ª língua, o português na modalidade escrita (DE ALCÂNTARA BARROS; ALVES, 2019). Como parte da Política Nacional do Ministério de Educação, a inclusão escolar dos surdos passa a ser bandeira de governo, contudo sob forte análise da comunidade surda, que luta pelo reconhecimento e respeito à cultura surda. A década de 2000 é determinante também para a surdez, pois em 24 de abril de 2002 é sancionada a Lei 10.436 que reconhece e oficializa no Brasil a língua de Sinais. Em 2005 é aprovado o Decreto n.º 5626 que estabelece a inserção da Libras como disciplina curricular no ensino público e privado, e sistemas de ensino federais, estaduais e municipais, nos cursos de formação de professores, como o magistério, nos cursos de licenciatura, e nos cursos de Fonoaudiologia, legislação esta que solidifica a educação de surdos no Brasil (BRASIL, 2002).

Desta forma, a educação passa a ter importância afetiva, emocional, cognitiva, social, cultural, educativa e comunicativa dos surdos, sendo a principal responsável, depois da família, pela formação e construção da identidade destes sujeitos, preparação para atividade laboral, bem como suporte às famílias em todos os aspectos anteriormente citados. Nesta lógica, acreditando que o desenvolvimento de todos os seres humanos acontece na ação e interação com o outro, a inclusão propõe a troca com o mundo ouvinte, dispondo da diversidade, do coletivo, da heterogeneidade e do convívio com as diferenças, tanto para aquisição de conhecimentos, comunicação, interação social, aprimoramento nas áreas da cognição, afetividade e psicomotricidade.

No Rio Grande do Sul, contexto atual da educação dos surdos evidenciado no cotidiano dos sujeitos, e reforçado pela literatura é resultado da trajetória do movimento de lutas e resistência contra a oralização e pela propagação da língua de sinais, sendo a criação da Escola Especial Concórdia para surdos em Porto Alegre (1966), um ato político educacional demarcatório do uso da língua de sinais na educação de surdos. Deste modo, percebe-se o quão recente é a transição do processo de ensino para surdos no território do Rio Grande do Sul (BALBINOT, 2017).

Emerge então a necessidade de uma avaliação da evolução do cenário atual da educação de surdos, nesta perspectiva o presente artigo busca analisar a educação de

surdos no Rio Grande do Sul, a partir de série histórica de dados. Pretende contextualizar, a partir de dados estatísticos e da literatura o período recente, buscando evidenciar tanto a disponibilidade do atendimento educacional, como a modalidade deste atendimento.

2 METODOLOGIA

O presente estudo é do tipo ecológico, sendo composto por série histórica de dados provenientes de matrículas da educação especial contidas nos Censos Educacionais Brasileiros que são disponibilizados através do endereço eletrônico <http://www.portal.inep.gov.br> pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Para a análise aqui empregada, foram incluídos os dados da totalidade das matrículas realizadas em estabelecimentos de ensino localizados no território do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil, tendo estas ocorrido do ano de 2010 ao ano de 2018, e assim contemplando os dados tanto da esfera pública quanto da privada.

Os dados foram coletados através do download dos arquivos contendo as sinopses ao decorrer do mês de junho de 2019. Dentro do arquivo do Censo Educacional de cada ano, foi realizada a extração das informações de quantidades de matrículas para cada grupo que caracterizou a inscrição do educando dentro da Educação Especial na educação básica; nas diferentes modalidades de atendimento disponibilizadas, classes comuns do ensino regular e classes exclusivamente especializadas.

Os dados de interesse foram tabulados utilizando-se o programa Microsoft Excel 2013, e posteriormente sendo estes transferidos para o programa Stata 11, no qual realizou-se as análises descritivas e inferenciais. As análises inferenciais foram compostas pelos testes de Correlação de Spearman (teste não paramétrico que mede a intensidade da relação entre variáveis ordinais) e Regressão de Poisson robusta (sendo esta uma forma de avaliar a relação entre variáveis explicativas e uma única variável resposta). O Intervalo de Confiança empregado foi de 95%, e o Nível de Significância adotado de $p < 0,05$.

Por se tratar de um estudo do tipo ecológico, composto exclusivamente por dados secundários, ou seja, de domínio público e estando estas informações passíveis pela população em geral através do endereço eletrônico <http://portal.inep.gov.br>, não se identificou a necessidade de submissão deste trabalho para apreciação por comitê de ética em pesquisa.

3 RESULTADOS

Ao longo do período comportado pela pesquisa, as matrículas na educação básica, mais especificamente referente à Educação Especial totalizaram 709.290 inscrições de educandos. Destas 25,20% (178.756) foram realizadas através da modalidade de atendimento por classes exclusivamente especializadas, enquanto as outras 74,80% (530.534) através de classes comuns do ensino regular.

Estas matrículas apresentaram um média de 78.810 (DP: 18.956,13) inscrições de educandos por ano letivo dentro do âmbito da educação especial. O ano que apresentou o menor (43.826) valor de matrículas foi de 2012, enquanto o maior (101.895) valor foi evidenciado no ano de 2018.

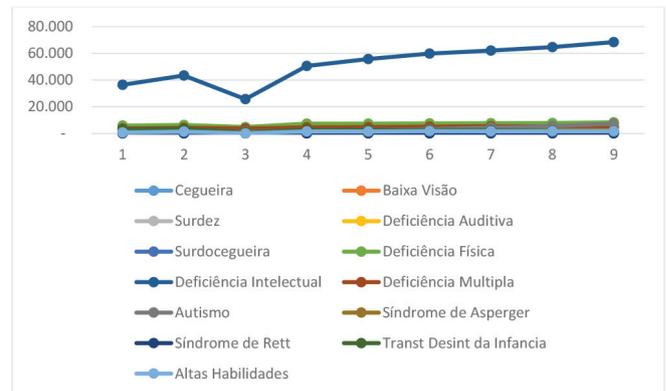
Analisando-se as matrículas da totalidade da Educação Especial, foi possível observar que destas, apenas 2,11% (14.956) foram de alunos caracterizados como Surdos. Deste modo, os 87,89% restantes referiram-se aos demais grupos que caracterizam público alvo da educação especial, sendo estes: Cegueira, Baixa Visão, Deficiência Auditiva, Surdocegueira, Deficiência Física, Deficiência Intelectual, Deficiência Múltipla, Autismo, Síndrome de Asperger, Síndrome de Rett, Transtorno Desintegrativo da Infância e Altas Habilidades.

As matrículas da Educação Especial referente aos educandos Surdos apresentaram uma média de 1.661,78 (DP: 264,41) inscrições ao ano, sendo que o menor valor (1.313) foi evidenciado no último ano abarcado pelo estudo, ou seja, no ano de 2018. Já o maior valor (2.054) ocorreu no ano de 2012.

Mais especificamente podemos verificar o contingente de matrículas abarcado por cada característica da seguinte maneira: foram 14.956 (2,11%) para Surdez; 3.878 (0,55%) Cegueira; 30.232 (4,26%) Baixa Visão; 18.059 (2,55%) Deficiência Auditiva; 183 (0,03%) Surdocegueira; 63.533 (8,96%) Deficiência Física; 466.834 (65,82%) Deficiência Intelectual; 42.490 (5,99%) Deficiência Múltipla; 28.940 (4,08%) Autismo; 4.889 (0,69%) Síndrome de Asperger; 680 (0,10%) Síndrome de Rett; 22.448 (3,16%) Transtorno Desintegrativo da Infância; e, 12.168 (1,72%) Altas Habilidades.

Para uma melhor visualização da variabilidade dos dados da educação especial ao longo do período, estratificado pelo diagnóstico que caracterizou como público alvo da educação especial, os mesmos são apresentados abaixo através do **Gráfico 1**.

Gráfico 1: Evolução dos contingentes de matrículas da educação especial por diagnóstico entre os anos de 2010 e 2018



Fonte: Elaborado pelos autores

Evidenciando-se as matrículas separadamente para as modalidades de atendimento disponibilizadas pela Educação Especial, foi vislumbrado que as Classes Exclusivamente Especializadas aglutinaram cerca de 178.756 matrículas. Estes dados apresentaram uma média de 19.861,78 (DP: 1.452,26) inscrições por ano letivo, sendo que o menor valor (18.662) ocorreu no ano de 2017 e o maior valor (22.794) no ano de 2010.

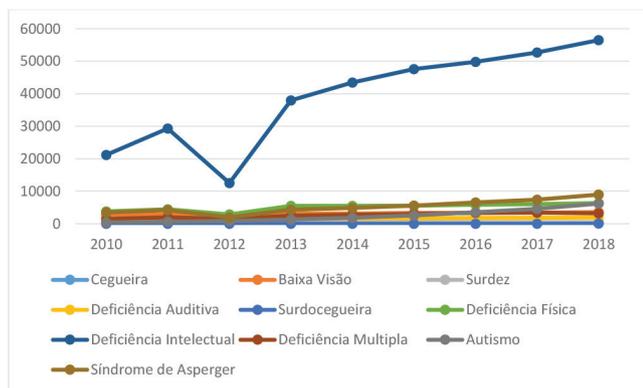
Já as matrículas dos alunos surdos em classes exclusivamente especializadas totalizaram 9.202 inscrições, tendo uma média de 1.022,44 inscrições ao ano, com menor valor (783) ocorrendo no ano de 2018 e o maior valor (1.334) no ano de 2010.

Em relação aos dados de diagnóstico que caracterizaram a matrícula dentro do âmbito da Educação Especial, a Surdez representou 5,15% (9.202) do total das matrículas na modalidade de classes exclusivamente especializadas. O restante das matrículas são divididas entre: 0,50% (91) como Cegueira; 1,47% (2.624) Baixa Visão; 2,07% (3.699) Deficiência Auditiva; 0,05% (97) Surdocegueira; 9,84% (17.581) Deficiência Física; 64,68% (115.625) Deficiência Intelectual; 10,78% (19.268) Deficiência Múltipla; 3,87% (6.921) Autismo; 0,10% (186) Síndrome de Asperger; 0,13% (235) Síndrome de Rett; 1,33% (2.372) Transtorno Desintegrativo da Infância; e, 0,03% (50) Altas Habilidades.

Para uma melhor visualização da variabilidade dos dados da educação especial através da modalidade de atendimento por classes exclusivamente especializadas ao longo do período, estratificado pelo diagnóstico que caracterizou como público alvo da educação especial, os mes-

mos são apresentados abaixo através do **Gráfico 2**.

Gráfico 2: Evolução dos contingentes de matrículas da educação especial através da modalidade de atendimento em classes exclusivamente especializadas por diagnóstico entre os anos de 2010 e 2018



Fonte: Elaborado pelos autores

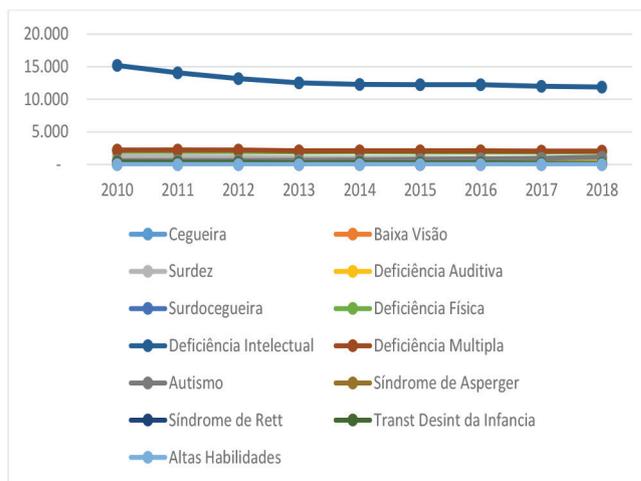
Ainda na Educação Especial, mas observando os dados referentes àquelas matrículas realizadas na modalidade de atendimento por classes comuns do ensino regular, evidenciou-se um total de 530.534 matrículas ao longo do período. Este total, apresentou uma média de 58.948,22 (DP: 20.090,81) inscrições por ano letivo, sendo que o menor valor (23.299) ocorreu no ano de 2012 e o maior valor (83.163) no ano de 2018.

Nesta modalidade de atendimento da Educação Especial, os surdos tiveram um total de 5.754 matrículas, com uma média de 639,33 (DP: 116,67) inscrições ao ano. O menor valor (530) de inscrições ocorreu no ano de 2018 enquanto o maior valor (905) ocorreu em 2012.

Da totalidade das matrículas para esta modalidade de atendimento da Educação Especial, os surdos representaram 1,08% (5.754). Os 98,02% restantes foram divididos entre as demais características da seguinte maneira: 0,56% (2.982) como Cegueira; 5,20% (27.608) Baixa Visão; 1,08% (5.754) Surdez; 2,71% (14.360) Deficiência Auditiva; 0,02% (86) Surdocegueira; 8,66% (45.952) Deficiência Física; 66,20% (351.209) Deficiência Intelectual; 4,38% (23.222) Deficiência Múltipla; 4,15% (22.019) Autismo; 0,89% (4.703) Síndrome de Asperger; 0,08% (445) Síndrome de Rett; 3,78% (20.076) Transtorno Desintegrativo da Infância; e, 2,28% (12.118) Altas Habilidades.

Para uma melhor visualização da variabilidade dos dados da educação especial através da modalidade de atendimento por classes comuns do ensino regular ao longo do período, estratificado pelo diagnóstico que caracterizou como público alvo da educação especial, os mesmos são apresentados abaixo através do **Gráfico 3**.

Gráfico 3: Evolução dos contingentes de matrículas da educação especial através da modalidade de atendimento em classes comuns do ensino regular por diagnóstico entre os anos de 2010 e 2018



Fonte: Elaborado pelos autores

Através da regressão logística, foi possível observar que ao longo do período englobado pelo estudo houve aumento estatisticamente significativo das matrículas da Educação Especial ($p < 0,01$) em 8%, fenômeno corroborado quando vislumbrada a variação das matrículas das classes comuns do ensino regular, sendo que para esta modalidade de atendimento a ampliação do contingente atendido foi de 12% ($p < 0,01$). Contrariamente, as matrículas nas classes exclusivamente especializadas demonstraram retração estatisticamente significativa em 2% ($p < 0,01$).

Ao considerar-se somente as matrículas de educandos com surdez, foi observada retração estatisticamente significativa em 5% ($p = 0,03$), fato acompanhado para os dados destas matrículas tanto para a modalidade de atendimento por classes exclusivamente especializadas ($p < 0,01$), quanto pela modalidade por classes comuns do ensino regular ($p < 0,01$), com respectivos percentuais de retração de 6% e de 4%.

Tabela 1: Análise da evolução das matrículas da educação especial entre 2010 e 2018 no estado do Rio Grande do Sul/Brasil

Variável	RP	IC 95%	P
Educação especial	1,08	1,05 – 1,11	<0,01*
Educação Especial em Classes Especializadas	0,98	0,97 – 0,98	<0,01*
Educação Especial em Classes Comuns	1,12	1,07 – 1,17	<0,01*
Surdez na Educação Especial	0,95	0,93 – 0,96	<0,01*
Surdez na Educação Especial em Classes Especializadas	0,94	0,93 – 0,95	<0,01*
Surdez na Educação Especial em Classes Comuns	0,96	0,93 – 0,99	<0,03*

* Análise estatisticamente significativa ($p < 0,05$)

Fonte: Elaborado pelos autores

Através da análise de Correlação de Spearman, foi possível evidenciar que a evolução das matrículas de escolares com surdez correlacionou-se negativamente com o total das matrículas da educação especial ($p = 0,02$), diferentemente ao observado para as classes exclusivamente especializadas ($p < 0,01$).

Já as matrículas em classes comuns do ensino regular não se correlacionaram significativamente com as matrículas totais da educação especial ($p > 0,05$), ainda que se correlacionou positivamente com aquelas provenientes das classes exclusivamente especializadas ($p < 0,01$).

4 DISCUSSÃO

Analisar dados numéricos sobre a escolarização de educandos surdos, requer uma profunda reflexão sobre conceitos e paradigmas teóricos de natureza semântica / dialética. A começar pelos termos inclusão e exclusão, que se por um lado podem ser compreendidos como antagônicos, necessariamente, são complementares, já que um depende do outro para existir (CHAMMÉ, 2002).

Na mesma lógica, os termos deficiência contrapondo a normalidade abrem também um leque de compreensões e discussões nas diferentes áreas do conhecimento humano. Para Sposati (2002, *apud* ESPOTE; SERRALHA; COMIN, 2013), são os valores presentes nas relações sociais que definem quem será incluído e quem será excluído, uma vez que são essas relações sociais que criam estereótipos e preconceitos que alimentam a discriminação. Portanto, a concepção social ainda atua como parâmetro determinante neste processo, mesmo conside-

rando os avanços clínicos, tecnológicos e científicos.

Da mesma forma, cabe ressaltar a compreensão do conceito de surdez, para melhor inferir nesta análise. Campos (CAMPOS, 2014, p. 48, *apud* ARAGON; SANTOS, 2015) define o surdo como: “[...] aquele que apreende o mundo por meio de contatos visuais, que é capaz de se apropriar da língua de sinais e da língua escrita e de outras, de modo a propiciar seu pleno desenvolvimento cognitivo, cultural e social”.

Já para Skliar (1998, p. 11), ampliando esta concepção “A surdez constitui uma diferença a ser politicamente reconhecida; a surdez é uma experiência visual; a surdez é uma identidade múltipla ou multifacetada e, finalmente, a surdez está localizada dentro do discurso sobre deficiência”, portanto são estes os sujeitos aqui referidos.

Em uma análise ampliada, sob a perspectiva da educação especial inclusiva ao longo do período comportado pela pesquisa, evidenciou-se um contingente expressivo de matrículas da educação especial dentro da educação básica. Das matrículas da educação especial, sua maioria ocorreu através de classes comuns do ensino regular em contrapartida aos atendimentos por classes exclusivamente especializadas. Estes dados comprovam a eficácia das políticas públicas nos diferentes níveis governamentais, referendadas em documentos federais que afirmam:

“Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a constituir a proposta pedagógica da escola, definindo como seu público-alvo os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e outros, que implicam em transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos (BRASIL, 2008, *acesso online*).

As matrículas da educação especial apresentaram especificamente 78.810 inscrições ao ano de educandos, sendo que a menor quantidade de matrículas ocorreu em 2012 enquanto o maior valor em 2018. Esses dados corroboram com a ideia de solidificação de uma proposta inclusiva a nível de estado, vai se construindo com o passar do tempo, assinalando significativo aumento de matrículas, deste público específico.

Aprofundando-se a análise das matrículas da Educação Especial, apenas aproximadamente 2% foram de alunos caracterizados como surdos. As matrículas da Educação Especial referente aos educandos com surdez apresentaram uma média de 1.661.78 inscrições ao ano, sendo que o menor valor foi evidenciado no último ano abarcado

pelo estudo, ou seja, no ano de 2018, e o maior valor ocorreu no ano de 2012, dados que refletem a retração do contingente de matrículas, fenômeno que comportam reflexão e outros estudos que aprofundem os motivos que geraram tal decréscimo.

Em relação aos dados de diagnóstico que caracterizam a matrícula dentro do âmbito da Educação Especial, a Surdez representou 5,15% (9.202) do total das matrículas na modalidade de classes exclusivamente especializadas. Assim a surdez coloca-se em quarto lugar no total das matrículas na modalidade de classes exclusivamente especializadas, estando atrás somente da deficiência intelectual, deficiência múltipla e deficiência física.

O indivíduo só pode ser considerado surdo quando a sua audição não funciona, mesmo com ajuda de aparelhos ou próteses, sendo assim é público alvo da educação especial, com direitos estabelecidos por lei para a inclusão escolar, social ou laboral (CUTRIM; LIMA, 2017). Parece ser plausível pensar que o avanço do conhecimento e das tecnologias assistivas têm influenciado na recuperação e prevenção de patologias associadas à surdez, impactando assim na incidência de educandos não ouvintes.

Pode-se observar que a trajetória traçada pela surdez, em termos de número de matrículas em classes exclusivamente especializadas acompanha as outras matrículas da educação especial, e referente à modalidade de atendimento às Classes Exclusivamente Especializadas apresentaram um percentual superior de matrículas quando comparado com os dados das Classes Comuns do Ensino Regular. Caminham na lógica inclusiva com importante papel social e humano, na medida que:

“ Por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (BRASIL, 2001, Art. 3º).

Para as matrículas em classes comuns do ensino regular, mecanismo pensado como o ideal da proposta inclusiva, houve retração na quantidade de matrículas. Nesta perspectiva, dentro do âmbito da Educação Especial, a Surdez representou 5,15% (9.202) do total das matrículas na modalidade de classes exclusivamente especializadas.

Assim a surdez coloca-se em quarto lugar quando escalonados os grupos diagnósticos, estando atrás somente da deficiência intelectual, deficiência múltipla e deficiência física.

Este decréscimo dentro das classes comuns do ensino regular, e a grande representatividade nas classes exclusivamente especializadas abrem reflexões a respeito da posição da comunidade surda sobre sua história, sua cultura e sua identidade. Nesta lógica a deficiência passa a ser tratada como diferença e a cultura surda entendida como:

“ O jeito do sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável ajustando-o com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das “almas” das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo (STROBEL, 2008, p. 24).

Esta forma de colocar-se no mundo permite a estes sujeitos questionarem a própria política de educação inclusiva, pois provam que estando entre os iguais, ao dominarem o uso da língua de sinais, se tornam protagonistas da sua história pessoal e da história coletiva da sua comunidade.

Assim como as demais modalidades, a inclusão das pessoas surdas também passa por um processo não linear de equilíbrio entre a teoria e a prática, a efetivação de políticas públicas e principalmente a vontade política de efetivá-las. Várias legislações criadas vêm facilitando este processo, vários movimentos sociais e políticos da comunidade surda vem dando o formato que necessitam e acreditam ser o melhor para estes sujeitos.

Da legislação específica estruturante do atendimento da pessoa surda cabe salientar: Lei 10.436 de 24 de abril de 2002, que reconhece e oficializa no Brasil a língua de Sinais, como uma língua oriunda das comunidades surdas, sendo uma forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema de transmissão de ideias e fatos. O Decreto nº 5626/2005 que estabelece a inserção da Libras como disciplina curricular no ensino público e privado, e sistemas de ensino federais, estaduais e municipais, nos cursos de formação de professores, como o magistério, nos cursos de licenciatura, e nos cursos de Fonoaudiologia (BRASIL, 2005). O referido Decreto nº 5.626 da Lei de LIBRAS (BRASIL, 2005) em seu capítulo 14 determina que:

“ Art.14º As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidade de educação, desde a educação infantil até à superior. §1º Para garantir o atendimento educacional especializado e o acesso previsto no caput, as instituições federais de ensino devem: I- promover cursos de formação de professores para: a) o uso e o ensino da LIBRAS; b) o ensino da LIBRAS; c) o ensino da Língua Portuguesa, como segunda língua para as pessoas surdas; II- prover as escolas com: a) professor de LIBRAS ou instrutor de LIBRAS; b) tradutor e intérprete de LIBRAS –Língua Portuguesa; c) professor para o ensino de Língua Portuguesa como a segunda língua para as pessoas surdas; e d) professor regente de classe com conhecimento acerca da singularidade linguística manifestada pelos alunos surdos (BRASIL, 2005, p. 2).

Por fim é importante ressaltar que os números nos fornecem elementos estatísticos para uma análise séria e pontual, e a literatura (DE ALCÂNTARA BARROS; ALVES, 2019; CUTRIM; LIMA, 2017; CHAMMÉ, 2002) apresentam-se elementos teóricos que retratam concepções sociais, políticas, científicas e antropológicas de cada época, possibilitando a formatação de um referencial que destaca a percepção de uma luta coerente na construção histórica desta comunidade, pois buscam o direito de acesso a sociedade, ao conhecimento, a cidadania em sua plenitude, a partir de um estar no mundo de forma produtiva, consciente e feliz .

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos a história da surdez no decorrer dos tempos, constatamos que a educação e socialização destas pessoas acompanhou a evolução da própria humanidade, percorrendo o tempo do extermínio, segregação, integração até uma proposta cidadã de inclusão. Conforme esta evolução foi se construindo e se estabelecendo na sociedade contemporânea, estes sujeitos passam a ter direitos adquiridos pela legislação inclusiva em todas as instâncias de governo, inclusive por determinações internacionais.

Os dados desta pesquisa nos apontam uma trajetória inclusiva na década analisada para o território do Estado do Rio Grande do Sul, contudo, uma análise textual e bibliográfica aponta também a luta da comunidade surda para manter a identidade e o direito a estar com seus iguais, de forma mais interativa, produtiva e social. Se por um lado o surdo tem o direito adquirido de frequentar a escola regular, por outro também lhe é dado o direito de frequentar a escola especial. Porém, a defesa de uma Pedagogia surda e da Interação Multicultural, como formas de garantir a identidade surda, professor surdo aprendendo a língua brasileira de sinais e dando aula para alunos surdos, por exemplo e o uso de LIBRAS, pode transformar esta posição a princípio dicotômica, em uma relação educacional e

social complementar para a formação global deste sujeito.

Neste contexto, se faz necessário uma análise mais ampla que contemple a escuta da Comunidade surda, pois estes são os principais protagonistas dessa construção histórica, e ao respeitarmos esta trajetória, esta identidade peculiar e específica, poderá a educação potencializar a formação de pessoas felizes, integradas e pertencentes aos diferentes contextos em que estão inseridos, cidadãos capazes de contribuir ativa e produtivamente na sociedade.

Assim, considerando que é o domínio de uma língua que permite ao ser humano estruturar o pensamento, demonstrar emoções, ideias, estabelecer relações, comunicar-se, transmitir conceitos, enfim organizar e expressar o que sente, pensa, imagina, sonha, idealiza, planeja e deseja, a Língua Brasileira de Sinais vem como uma língua oriunda das comunidades surdas, sendo uma forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema de transmissão de ideias e fatos, tornando-se um divisor de águas nesse processo educativo e social na vida dos surdos.

Neste movimento a presença do tradutor/intérprete dentro da sala de aula, sendo que este profissional deve ser bilíngue, ou seja, conhecer a língua portuguesa e a língua de sinais, ainda é um motivo para lutas da comunidade surda. É indiscutível a necessidade desta presença, que mesmo com determinação legal nem sempre acontece. Sua atuação deverá existir para atuar na comunicação de todas as variáveis de comunicação entre surdos e ouvintes, mediando a comunicação não só entre educando e professor de turma, mas entre os diferentes sujeitos, possibilitando uma prática pedagógica participativa, positiva, autônoma, acolhedora e eficaz.

Portanto, os dados evidenciados abrem um leque significativo de questões inerentes a este processo, requerendo estudos mais aprofundados e correlacionados aos resultados obtidos. Cabe ainda refletir sobre a capacitação e formação continuada dos profissionais, a precariedade na infraestrutura das escolas, falta de flexibilização curricular, carência de recursos humanos, materiais, visuais, didáticos, falhas no cumprimento legal e falta de implementação das leis na forma de políticas públicas, programas, projetos e outros mecanismos que avancem neste trabalho.

Infelizmente ainda existe um intervalo entre as necessidades pedagógicas do surdo e uma escola bilíngue de qualidade. O atendimento educacional a estes sujeitos

está longe de ser satisfatório, a caminhada continua, as lutas desta comunidade obtiveram resultados positivos, porém não acabaram. Se faz necessário solidificar e avançar neste processo, garantindo e valorizando aprendizados, compreendendo que a primeira língua é LIBRAS, e a língua portuguesa para este aluno será a segunda língua em modalidade escrita.

Estes sujeitos são merecedores de uma escola que não somente cumpra seus deveres estatísticos da inclusão, mas que de fato garantam a permanência efetiva destes educandos, num ambiente que acolha as diferenças, respeite a diversidade, potencialize as possibilidades, supere as limitações e proporcione um currículo vivo, interessante, criativo, ético e humano. Parafraseando nosso eterno poeta gaúcho Mario Quintana que na sua infinita sabedoria poetiza dizendo: "Surdo é aquele que não tem tempo de ouvir um desabafo de um amigo, ou apelo de um irmão".

REFERÊNCIAS

- ARAGON, Carmelina Aparecida; SANTOS, Isabela Bagliotti. Deficiência auditiva/surdez: conceitos, legislações e escolarização. **Educação**, Batatais, v. 5, n. 2, p. 119-140, 2015.
- BALBINOT, Alexandre Dido. Estudo da demanda de atendimento na educação especial do Rio Grande do Sul. **Cinergis**, v. 18, n. 2, p. 129-134, 2017.
- BRASIL. **Lei 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Presidência da República, Brasília, DF, 2002.
- _____. **Decreto 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras), e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2005.
- _____. **Resolução CNE/CEB nº 2**, de 11 set. 2001. Conselho Nacional de Educação. Câmara de educação Básica. Brasília: 14 set. 2001. p. 39-40.
- _____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC/SEESP, 2008.
- CHAMMÉ, Sebastião Jorge. Corpo e saúde: inclusão e exclusão social. **Saúde e sociedade**, v. 11, n. 2, p.3-17, 2002.
- CUTRIM Ana Paula Mendes; LIMA, Christiane Valêska Araújo Costa. A inclusão escolar do deficiente auditivo no ensino regular: desafios e conquistas. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 8., 2017, Maranhão. **Anais...** Maranhão: Universidade Federal do Maranhão, 2017. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo3/>
- DE ALCÂNTARA BARROS, Hellenvivivan; ALVES, Francisco Regis Vieira. As principais abordagens de ensino para o surdo: e a valorização da cultura dos surdos. **Research, Society and Development**, v. 8, n. 8, p. e38881231-e38881231, 2019.
- ESPOTE, Roberta; SERRALHA, Conceição Aparecida; COMIN, Fabio Scorsolini. Inclusão de surdos: revisão integrativa da literatura científica. **Psico-USF**, v. 18, n. 1, p. 77-88, 2013.
- FREITAS, Nathália Luiz. Mente e linguagem: a perspectiva chomskyana e sua repercussão nas discussões de Putnan, Fodor e Searle. **Revista percursos linguísticos**, v. 5, n. 11, p. 40-48, 2015.
- GOLDFELD, Márcia. **A criança surda**: Linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista. São Paulo: Plexus Editora, 2001.
- SACKS, Oliver. **Vendo vozes**: uma viagem ao mundo dos surdos. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1990.
- SALES, A. M. *et al.* Deficiência auditiva e surdez: visão clínica e educacional. **Seminário apresentado na Universidade Federal de São Carlos**, UFSCar, 2010.
- SKLIAR, Carlos *et al.* A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: **Mediação**, v. 3, 1998.
- STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.